

Demonstrações Financeiras

**Concessionária Rota de Santa
Maria S/A**

31 de dezembro de 2021

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rota Santa Maria S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota Santa Maria S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota Santa Maria S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Dias F. Silva', is written over a horizontal line.

Leandro Dias F. Silva
Contador CRC-1SP278005/O-8

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.312
Contas a receber	5	2.080
Partes relacionadas	11	30.000
Despesas antecipadas		2.115
Outros créditos		456
Total do ativo circulante		<u>63.963</u>
Não circulante		
Impostos diferidos	14	12
Direito de uso		417
Imobilizado	6	8.128
Intangível	7	4.194
Intangível em construção	7	4.915
Total do ativo não circulante		<u>17.666</u>
Total do ativo		<u><u>81.629</u></u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	8	2.661
Obrigações contrato de concessão	9	563
Arrendamentos a pagar		237
Obrigações sociais		305
Obrigações tributárias	10	709
Dividendos a pagar	12	424
Partes relacionadas	11	138
Total do passivo circulante		<u>5.037</u>
Não circulante		
Arrendamentos a pagar		232
Total do passivo não circulante		<u>232</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	12	75.000
Reservas de lucro	12	1.360
Total do patrimônio líquido		<u>76.360</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>81.629</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Demonstração do resultado

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	15	21.481
Custo dos serviços prestados	16	(15.274)
Lucro bruto		<u>6.207</u>
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	16	(4.360)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do de renda e da contribuição social		<u>1.847</u>
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	17	959
Despesas financeiras	17	(131)
		<u>828</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>2.675</u>
Imposto de renda e contribuição social	14	(903)
Imposto diferido	14	12
		<u>(891)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>1.784</u></u>
Lucro líquido básico e diluído por ação - em reais	3.12	0,0238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Demonstração do resultado abrangente

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	<u>2021</u>
Lucro líquido do período	<u>1.784</u>
Outros resultados abrangentes, líquido dos impostos	-
Total do resultado abrangente do período	<u><u>1.784</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
			Legal	Lucros retidos		
Constituição da Companhia em 16 de abril de 2021	12	75.000	-	-	-	75.000
Lucro líquido do período		-	-	-	1.784	1.784
Constituição de reserva legal	12	-	89	-	(89)	-
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	12	-	-	-	(424)	(424)
Constituição da reserva de lucros retidos	12	-	-	1.271	(1.271)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		75.000	89	1.271	-	76.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Demonstração do fluxo de caixa

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>2.675</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	
Depreciações e amortizações	437
Imposto diferido	(12)
Decréscimo/Acréscimo em ativos e passivos:	
Contas a receber de clientes	(2.080)
Outros ativos	(2.571)
Fornecedores	2.661
Partes relacionadas	138
Obrigações sociais	305
Obrigações com concessões	563
Obrigações tributárias	709
Imposto de renda e contribuição social pagos	(891)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(1.166)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de imobilizado	(8.345)
Aquisição de Intangível	(4.275)
Aquisição de intangível em construção	(4.915)
Partes relacionadas	(30.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(47.535)</u>
Fluxo de caixa para atividades de financiamentos	
Aporte de capital	75.000
Pagamento de arrendamentos	(87)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>74.913</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa:	<u>29.312</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	-
Caixa e equivalente de caixa no final do período	<u>29.312</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>29.312</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Concessionária Rota de Santa Maria S.A. (“Companhia”) localizada à Av. Independência, 3284, em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima constituída em 16 de abril de 2021, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do edital 001/2020, Rodovia RSC-287 (km 28,03 ao km 232,54) do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando 204,51 km, controlada pelas empresas Sacyr Concessões e Participações do Brasil S.A (99%) e Sacyr Concesiones, S.L (1%)

A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 30 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente em conjunto com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

A concessão tem o prazo previsto de término para agosto de 2051. No encerramento do contrato, os trechos rodoviários administrados pela Rota de Santa Maria serão devolvidos ao Poder Concedente, não tem previsão no contrato original de prorrogação.

Impactos da pandemia da Covid-19 nas operações da Companhia

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou a pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Em decorrência da pandemia, e visando a contenção da doença no país, vários estados e municípios brasileiros começaram a decretar Estado de Emergência e em 20 de março de 2020 foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional. Dentre as medidas implementadas pelos governantes, foi determinado em vários estados e municípios o fechamento de estabelecimentos comerciais e a recomendação do isolamento social.

A Companhia possui um plano de contingências visando proteger a saúde dos colaboradores, seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas do plano são: afastamento dos profissionais dos grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e principalmente nas praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção de regime de teletrabalho (“*home office*”) para todos os profissionais enquadrados; adoção de turnos de trabalho e uso de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em *home office*; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional--Continuação

Impactos da pandemia da Covid-19 nas operações da Companhia--Continuação

A Companhia ressalta que tem acompanhado atentamente o avanço da pandemia do coronavírus, e seus impactos sobre os resultados financeiros, e ressalta que efeitos estão monitorados e controlados, adicionalmente com o avanço da vacina por todo o País e retomada para patamares de normalidade. De qualquer forma, a Companhia continua monitorando através de medidas especiais de proteção de saúde e segurança de todos os seus colaboradores, usuários e comunidade em geral sejam essenciais para evitar ou conter a propagação da doença.

2. Base para a preparação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

b. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria da Companhia em 24 de março de 2022.

3. Políticas contábeis

3.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.1. Reconhecimento de receita -- continuação

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou por um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e outros créditos.

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo ou se forem instrumentos financeiros derivativos. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

i) Ativos financeiros -- continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

- Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

i) Ativos financeiros -- continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- *Redução do valor recuperável de ativos financeiros -- continuação*

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações do contrato de concessões e partes relacionadas.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

ii) Passivos financeiros -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração -- continuação

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e passivo financeiro quando o valor justo do instrumento for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado.

A Companhia não possuía derivativos de *swap* ou *hedge* contratados.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.4. Intangível--Continuação

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.5. Tributação--Continuação

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social – Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

3.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise anual de redução ao valor recuperável (*impairment*) independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.7. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção da ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.8. Arrendamentos

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2019 e substitui os normativos contábeis internacionais *IAS 17*, *IFRIC 4*, *SIC-15* e *SIC-27*. No Brasil, a norma correlata é o CPC 06 (R2). Este novo normativo estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo de balanço, similar à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme a IAS 17. O padrão inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, um arrendatário reconhecerá um passivo referente aos pagamentos de arrendamento (passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento (direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também serão solicitados a reavaliar o passivo de arrendamento após a ocorrência de certos eventos (por exemplo, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos futuros do arrendamento derivado de uma alteração em um índice ou taxa usada para determinar esses pagamentos). O arrendatário geralmente reconhecerá o valor da remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2) é efetivo para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por adotar a nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019, pelo método retrospectivo modificado, com efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados na data da aplicação inicial.

A Companhia pretende optar por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

3.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução do valor recuperável

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos variando entre três e cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Estimativas e premissas -- continuação

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia, não possui processos com probabilidade de perda provável para ser provisionada, tão pouco possíveis para serem divulgados.

3.10. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis deste relatório.

3.11. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), sendo a moeda funcional da Companhia o Real.

3.12. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

	<u>2021</u>
Lucro líquido do período (16 de abril de 2021 à 31 de dezembro de 2021)	1.784
Ação em circulação	<u>75.000</u>
Lucro por ação – em R\$	0,0238

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.13. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura ICPC 01 (R1).

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis---Continuação

3.14. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e nos seus futuros contratos de empréstimo que podem exigir renegociação.

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>
Caixa e bancos (praças e sede)	806
Aplicações financeiras	<u>28.506</u>
	<u>29.312</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) e fundos exclusivos de curto prazo remunerados à taxa média ponderada observada. Durante o período de julho à dezembro de 2021, a taxa foi de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

5. Contas a receber

	<u>2021</u>
Pedágio eletrônico (a)	2.080
	<u>2.080</u>

(a) Contas a receber decorrente dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

6. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2021
Equipamentos e instalações	10%	2.420	(82)	2.338
Móveis e utensílios	10%	77	(2)	75
Veículos	20%	1.588	(88)	1.500
Computadores e periféricos	20%	650	(43)	607
Outros imobilizados	10%	67	(2)	65
Em andamento		3.543	-	3.543
		<u>8.345</u>	<u>(217)</u>	<u>8.128</u>

b) Movimentação

	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros Imobilizados	Em andamento (a)	Total
Custo							
Saldos em 16/04/2021	-	-	-	-	-	-	-
Adição	2.420	77	1.588	650	67	3.543	8.345
Saldo em 31/12/2021	2.420	77	1.588	650	67	3.543	8.345
Depreciação							
Saldos em 16/04/2021	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(82)	(2)	(88)	(43)	(2)	-	(217)
Saldo em 31/12/2021	(82)	(2)	(88)	(43)	(2)	-	(217)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2021	2.338	75	1.500	607	65	3.543	8.128

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--continuação

(A) Os imobilizados em andamento R\$ 3.543, refere-se substancialmente a aquisições de veículos (caminhões guinchos leves e pesados), mas equipamentos como carrocerias, cabines e outros para operação da concessão.

A depreciação do ativo imobilizado é utilizada a taxa fiscal da receita federal, quando o prazo de concessão for menor que a taxa fiscal hoje utilizada, será utilizada a que for menor para que no final da concessão não tenha residual nos seus ativos.

7. Intangível e Intangível em construção.

a) Composição

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2021
Recuperação	-	-	-	-
Operação	3,35%	1.583	(10)	1.573
Melhoramentos (i)	3,35%	255	-	255
Outros ativos	3,35%	1.749	(29)	1.720
Software	20%	688	(42)	646
Subtotal		4.275	(81)	4.194
Em construção	-	4.915	-	4.915
Total		9.190	(81)	9.109

(i) Custo adquirido e ativado somente no final de 2021, dessa forma os valores de depreciação foram imateriais

b) Movimentação

	Operação	Melhora- mentos	Gastos iniciais	Software	Subtotal	Intangível em construção
<u>Custo</u>						
Saldo em 16/04/2021	-	-	-	-	-	-
Adição	1.583	255	1.749	688	4.275	4.915
Saldo em 12/12/2021	1.583	255	1.749	688	4.275	4.915
<u>Amortização</u>						
Saldo em 16/04/2021	-	-	-	-	-	-
Adição	(10)	-	(29)	(42)	(81)	-
Saldo em 31/12/2021	(10)	-	(29)	(42)	(81)	-
<u>Valor residual líquido</u>						
Saldo em 12/12/2021	1.573	255	1.720	646	4.194	4.915

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

	<u>2021</u>
Conservação e engenharia	555
Sistemas e comunicação	1.999
Diversos	107
	<u>2.661</u>

9. Obrigações contrato concessão

	<u>2021</u>
Fiscalização	45
Segurança no trânsito	148
Polícia rodoviária	115
Desenvolvimento tecnológico	255
	<u>563</u>

Os passivos com obrigações de contrato têm as seguintes condições:

- Fiscalização, são pagos no mês seguinte.
- As demais verbas são provisionadas e são pagas quando solicitadas pelo poder concedente, podem ser liquidadas a qualquer prazo, dentro do ano calendário da concessão de agosto a julho.

10. Obrigações tributárias

	<u>2021</u>
Imposto de renda	218
Contribuição social	85
PIS	25
COFINS	116
ISS	191
Outros tributos	74
Total das obrigações tributárias	<u>709</u>

11. Transações com partes relacionadas

	Contas a receber partes relacionadas	Contas a pagar partes relacionadas	Valores acumulados período encerrado em 2021	
			Intangível	Despesas diversas
	2021	2021	dez/21	dez/21
Sacyr Concessões	-	-	1.749	1.395
Sacyr Construccion (a)	30.000	138	1.157	-
Total	<u>30.000</u>	<u>138</u>	<u>2.906</u>	<u>1.395</u>

Os montantes registrados nas rubricas despesas diversas com Sacyr Concessões tratam-se de despesas relacionadas ao início da operação da concessão pagas pela controladora e reembolsado após início das atividades.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas--Continuação

- a) O adiantamento referente a Sacyr Construcción, não há cláusula de encargos previstos, serão deduzidos dos pagamentos através de futuras medições, as quais a Companhia tem expectativa de serem consumidas em um período máximo de 12 meses.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado e de R\$ 75.000 em 31 de dezembro de 2021. Abaixo a composição do quadro societário da companhia.

Nome da Companhia	País	Ações Ordinárias	
		Participação	Quantidade
Sacyr Concessões e Participações do Brasil Ltda.	Brasil	99,00%	74.250.000
Sacyr Concesiones, S.L.	Espanha	1,00%	750.000
		100%	75.000.000

b) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, foi constituído o montante de R\$ 89, para a reserva legal, conforme art. 31 do estatuto social.

c) Reserva de lucros

Foi constituído em 31 de dezembro de 2021 R\$ 1.271 de reserva de lucros referente ao lucro acumulado do período descontando as reservas de dividendos e reserva legal, conforme art. 31 do estatuto social.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o período de 16 de abril de 2021 (data de constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2021 foram constituídos R\$ 424 de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021.

	2021
Lucro líquido do período (16 de abril de 2021 à 31 de dezembro de 2021)	1.784
Constituição de reserva legal 5%	(89)
Dividendos propostos 25%	(424)
Constituição de reserva de lucros	(1.271)

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

- Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em dezembro de cada exercício.

- Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

a) *Análise de sensibilidade*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Projeção das receitas financeiras

Indexador	Cenário II	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
		Cenário I	Cenário I	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
CDI - %	7,51%	5,01%	10,01%	12,51%	15,02%	

Taxa de Remuneração	Saldo Principal 31/12/2021	Projeção das Receitas Financeiras					
		Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%	
Aplicações financeiras	101% CDI	28.506	2.141	1.428	2.853	3.566	4.282
		28.506	2.141	1.428	2.853	3.566	4.282

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>2021</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	2.675
Alíquota vigente	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(910)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	
Adições permanentes, líquidas	19
Imposto de renda e contribuição social	(891)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(903)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12
Alíquota efetiva	33%

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e é baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

	<u>2021</u>
Ativo	
Diferenças temporárias arrendamentos	12

15. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>
Receitas de pedágios	14.153
Receitas de construção - ativos da concessão	8.503
Receita bruta	22.656
Impostos incidentes sobre os serviços	(1.175)
Receita líquida	21.481

16. Custos e despesas por natureza

	<u>2021</u>
Custo operacional	
Custo de conservação e manutenção de rodovias	(1.183)
Custo operacional de rodovias	(1.173)
Custo com monitoração	(405)
Custo com projetos especiais	(546)
Custo com pessoal	(1.560)
Custo de construção - ativos da concessão	(8.503)
Amortização direito de uso	(139)
Depreciação / amortizações	(81)
Seguros	(987)
Verbas contratuais	(697)
	(15.274)

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos e despesas por natureza -- Continuação

As despesas operacionais estão mesuradas ao custo da aquisição, a depreciação é correspondente aos bens moveis registrados nos ativos da companhia.

	<u>2021</u>
Despesas gerais e administrativas	
Despesas com pessoal	(2.419)
Serviços de terceiros	(836)
Material e equipamentos	(367)
Despesas gerais	(521)
Depreciações	(217)
	<u>(4.360)</u>

17. Resultado financeiro

	<u>2021</u>
Receitas	
Rendimentos de aplicação	959
	<u>959</u>
Despesas	
PIS e COFINS s/receita financeira	(46)
AVP sobre arrendamento operacional	(26)
Outros	(59)
	<u>(131)</u>
Total	<u>828</u>

18. Seguro e garantia

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o AGERGS (Agência Estadual de Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Sul), tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Seguro e garantia -- continuação

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Modalidade	Vigência da Apólice	Valor do prêmio	Valor de cobertura
Pottencial Seguradora	Carta Fiança	07/2021 a 08/2022	811	270.374
AXA Corporate Seguros	Resp. Civil Geral	07/2021 a 07/2022	475	20.000
Tokio Marine Seguradora	Riscos Operacional	07/2021 a 07/2022	718	180.000
AXA Seguros	Riscos Engenharia	07/2021 a 07/2022	55	70.000
				<u>540.374</u>

19. Compromissos com a concessão

Os investimentos a serem realizado pela concessão, estão representadas abaixo no quadro de investimentos para os próximos 30 anos, nestes investimentos estão contemplados construção de praças de pedágios, bases operacionais, atendimentos de usuários, melhoria de prédios da policia rodoviária, construção de balanças fixas, restaurações de rodovia, duplicações, intersecções, viadutos, obras de artes especiais, sinalização monitoração e demais investimentos que estão contemplados no (PER) Programa de Exploração Rodoviária.

a) Investimentos (PER)

Ano	Valor
2021/2	76
2022/23	158
2023/24	222
2024/25	490
2025/26	365
2026 a 2051	923
	<u>2.236</u>

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção da ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Concessionária Rota de Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 16 de abril de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Compromissos com a concessão--continuação

b) Manutenção de Infra

Ano	Valor
2026	15
2027	4
2028	1
2029	-
2030	2
2031 a 2051	681
	<u>702</u>

A Companhia terá seu primeiro desembolso previsto para 2026, a companhia fará as devidas provisões a partir de janeiro de 2022, sendo apropriada 1/60 avos mensais do valor previsto a ser desembolsado, para o ano previsto, as manutenções são realizadas sempre de 5 em 5 anos, conforme cronograma de obras previstos.

20.Eventos subsequentes

Contrato partes relacionadas

O contrato com a Sacyr Construccion está em fase final de elaboração, deverá ser assinado em janeiro de 2022, e terá como atividade principal de objeto a construção de infraestrutura do contrato de concessão previsto do PER, como construção das praças de pedágio, restaurações da rodovia, duplicação da rodovia, terceiras faixas, obras de artes especiais (viadutos, pontes, trincheiras, passarelas) projetos, sinalização e outros.

1. Aos Acionistas

É com grande satisfação que apresentamos, para vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária Rota de Santa Maria S/A (“Companhia”) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. Informações sobre a Companhia

A Concessionária Rota de Santa Maria S.A. (“Companhia”) localizada à Av. Independência, 3284, em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima constituída em 16 de abril de 2021, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do edital 001/2020, Rodovia RSC-287 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando 204,51 km, controlada por Sacyr Concessões e Participações do Brasil S.A (99%) e Sacyr Concesiones, S.L (1%). O Sistema Rodoviário RSC-287, objeto da Concessão, inicia no Município de Tabaí, no km 28,03, entroncamento com a BRS-386, e termina no Município de Santa Maria, km 232,54, entroncamento com a ERS-509, totalizando 204,51 km de extensão, a rodovia passa por 13 municípios.

A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 30 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente em conjunto com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

O projeto prevê a concessão, durante 30 anos, do sistema rodoviário compreendido entre as cidades de Tabáí e Santa Maria, e prevê um investimento superior a R\$ 2 bilhões, incluindo a duplicação de toda a extensão concedida. A companhia gerou 144 empregos diretos, que atuam na operação e administração da concessão.

A companhia atualmente opera com 02 (duas) praças de pedágio: P-2 localizadas em Venâncio Aires, km 86,6 e P-3 localizada em Candelária, Km 131,3. Também estão em operação 02 (duas) bases operacionais entre os Km 66+150 e Km 152+750 da RSC 287.

A concessão tem o prazo previsto de término para agosto de 2051. No encerramento do contrato, os trechos rodoviários administrados pela Rota de Santa Maria serão devolvidos ao Poder Concedente.

2.1. Responsabilidade Econômica

A concessão contribui para o desenvolvimento socioeconômico das cidades que margeiam à RSC-287/RGS. Mensalmente, a concessionária faz o repasse para os 13 municípios limítrofes do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN. O repasse segue a Lei complementar nº 116 de 2003, que estabelece o pagamento do tributo aos municípios de rodovias pedagiadas.

2.2. Certificações

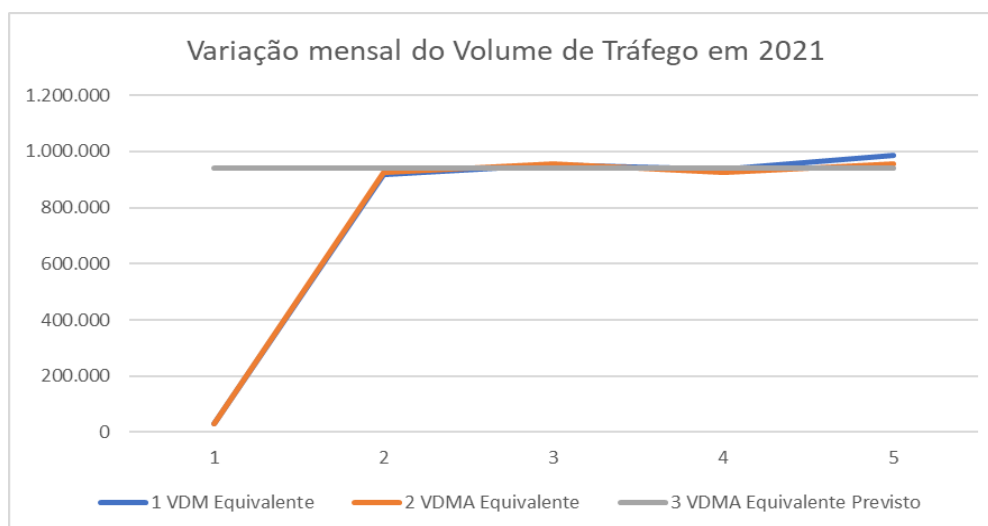
A concessão está em fase de implementação dos certificados das normas internacionais ISO-9001 e ISO-14001, respectivamente qualidade e meio ambiente.

3. Indicadores Operacionais

3.1. Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

No gráfico abaixo é representado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



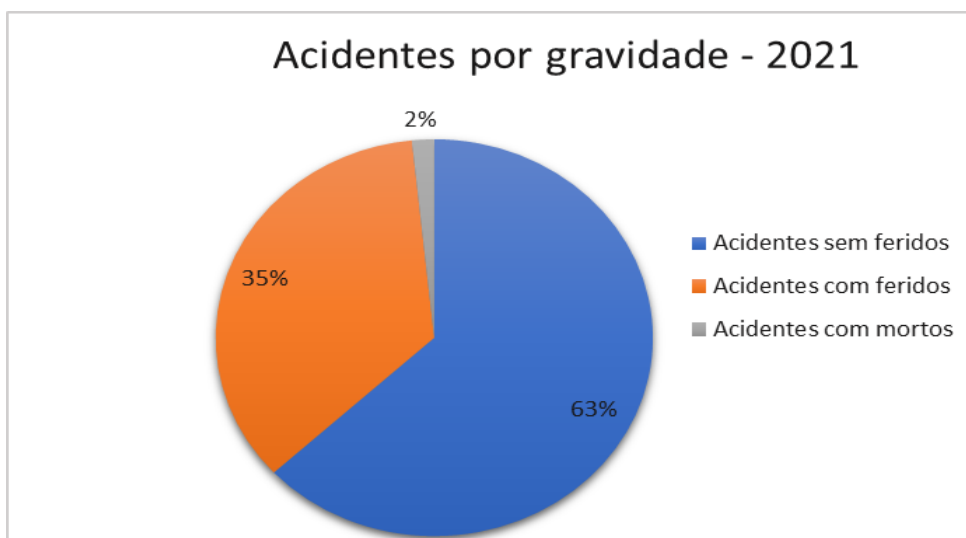
O VDMA equivalente realizado ficou acima do previsto, não temos ainda parâmetros para comparação devido a operação da concessão ter iniciado em 31/08/2021.

3.2. Segurança do Trânsito

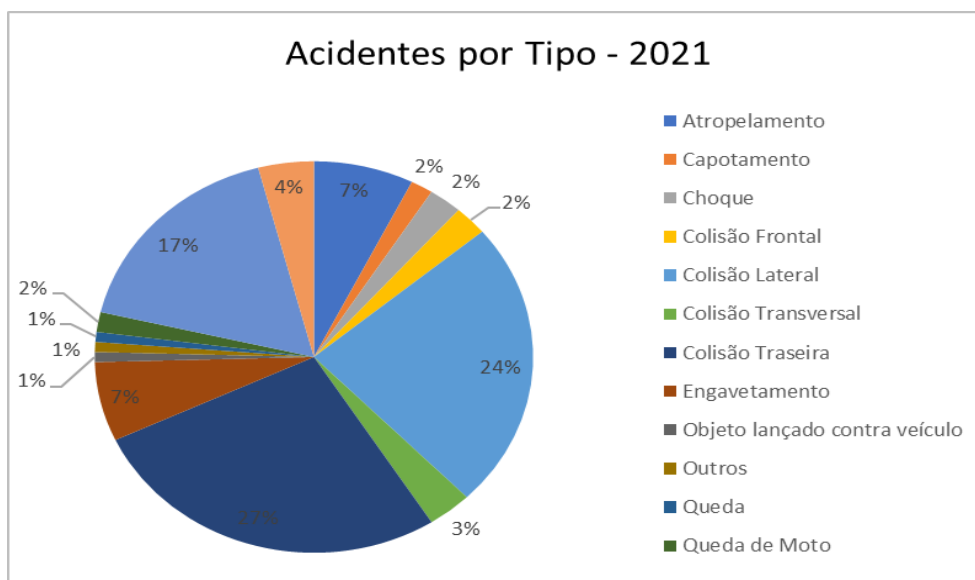
3.2.1 Acidentes

No gráfico abaixo apresenta os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e a quantidade de sinistros por tipo de veículo no período de 31/08 a 31/12/2021.

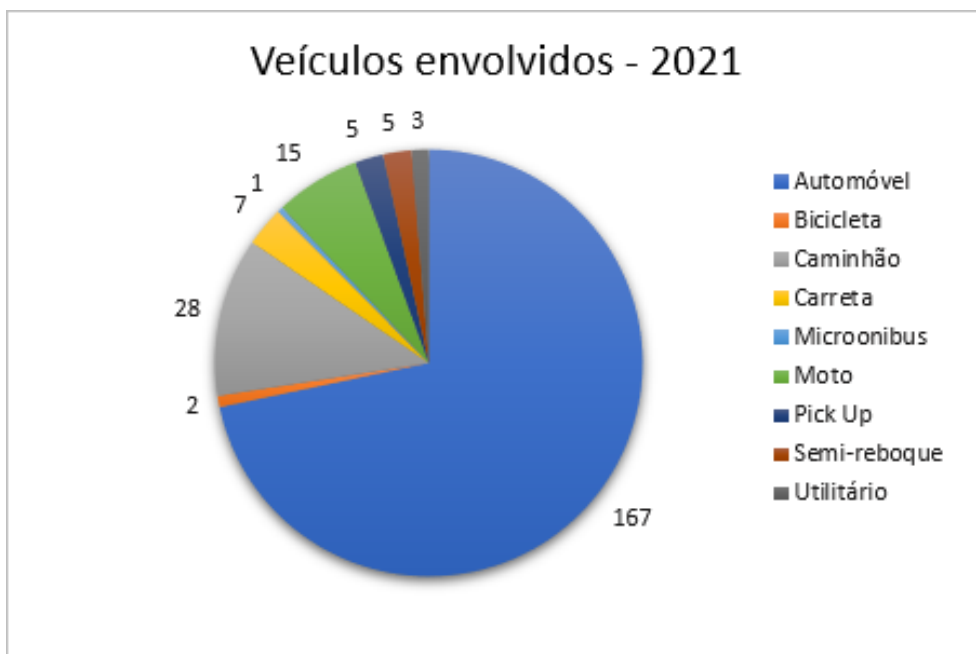
O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.



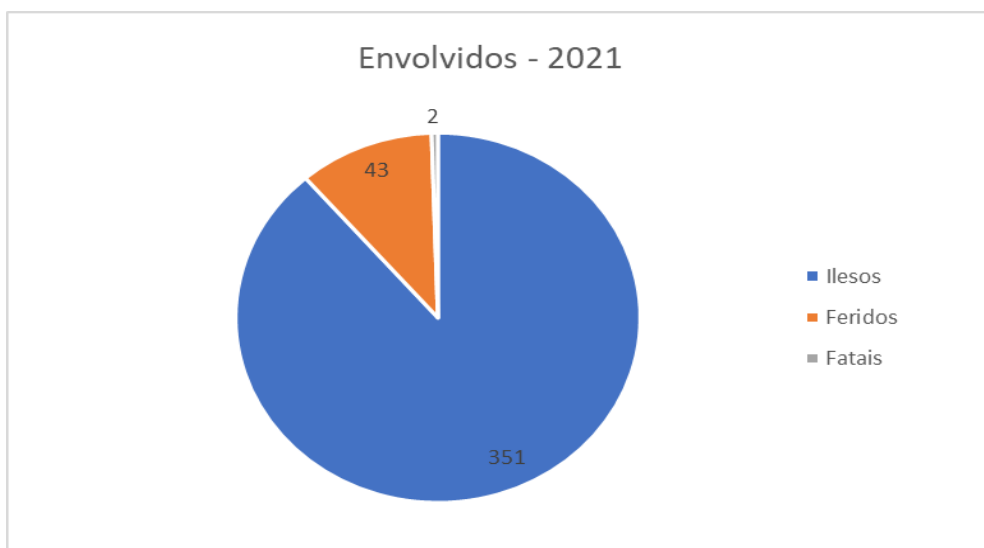
O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos detectados no trecho concedido da rodovia.



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de pessoas envolvidas nos no trecho concedido da rodovia.



3.3. Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela concessionária na operação em dez/2021, com o objetivo de permitir a comparação proporcional apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Inspeção de Tráfego	2	0,98
Guincho Leve	1	0,49
Guincho Pesado	0	0,00
Plataforma Elevatória	0	0,00
Resgate	1	0,49
UTI	0	0,00
Apreensão de Animais	0	0,00
Combate à Incêndios	0	0,00
Vigilância Patrimonial	0	0,00
Total de Veículos Operacionais	4	1,96
Administração Operações	1	0,49
Administração Tráfego	1	0,49
Administração Pedágio	0	0,00
Administração Faixa de Domínio	1	0,49
Manutenção Predial	0	0,00
Manutenção Eletroeletrônica	0	0,00
Conservação de Rotina	2	0,98
Apoio a Conservação de Rotina	0	0,00
Veículo Administrativo	0	0,00
Veículo Engenharia	1	0,49
Veículo Obras	1	0,49
Roçada Mecânica	1	0,49
Manutenção Meio Ambiente	0	0,00
Veículo Poder Concedente	0	0,00
Transporte Roçada	0	0,00
Veículo Meio Ambiente	1	0,49
Mini Retroescavadeira	0	0,00
Retroescavadeira	0	0,00
Minicarregadeira	0	0,00
Veículo Segurança Trabalho	0	0,00
Veículo Diretoria	1	0,49
Total de Veículos de Apoio	10	4,89
Total de Veículos	14	6,85

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentados na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela concessionária na operação da concessão em dez/2021, para facilitar a interpretação e comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na operação da concessão

Tipo de função	Quantidade	Qtde/VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	0,17
Supervisor de Tráfego	1	0,17
Assistente de Operações	5	0,86
Inspetor de Tráfego	1	0,17
Operador de Guincho Leve	8	1,38
Operador de Guincho Pesado	0	0,00
Operador de Caminhão Boiadeiro	0	0,00
Operador de Caminhão Pipa	0	0,00
Operador	0	0,00
Auxiliar de Operações	0	0,00
Supervisor de Faixa de Domínio / CCO	1	0,17
Operador de CCO	5	0,86
Auxiliar de CCO	4	0,69
Atendente de 0800	1	0,17
Médico	9	1,55
Enfermeiro	0	0,00
Socorrista	15	2,59
Total de Pessoal Operacional	51	8,79
Supervisor de Arrecadação	4	0,69
Controlador de Pedágio	4	0,69
Agente de Pedágio	47	8,10
Auxiliar de Serviços Gerais	5	0,86
Total de Pessoal de Pedágio	60	10,34
Total	111	19,14

4. Análise Econômico-Financeira

Por ser uma empresa concessionária de rodovias, uma das formas de acompanhar nosso desempenho operacional é através dos volumes de tráfego equivalentes gerados em nosso negócio, e pelo número de atendimentos e incidentes ocorridos no período.

4.1. Tráfego Consolidado

A companhia teve seu início em 2021, assim os seus dados são apresentados apenas para o período de 31/08 a 31/12/2021, apresentou um volume de veículos equivalentes.

Segmentação do tráfego (veículos equivalentes)	2021
Veículos leves (mil)	1.875
Veículos pesados (mil)	1.948
	3.823

4.2. Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$ 22.656 mil no período de 31/08 a 31/12/2021. A arrecadação de pedágios representou 62,47% do total das receitas, cabendo o saldo remanescente a receita de construção de acordo com o OCPC 05.

Composição da receita operacional bruta	2021
Arrecadação de pedágios	14.153
Receita de construção	8.503
Receita Operacional Bruta	22.656

Meios de cobrança (mil)	2021
Veículos pagantes	14.153
Manual	8.581
Automática	5.572

A companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança manual realizada nas cabines pelos arrecadadores e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos (cobrança automática).

4.3. Receita Operacional Líquida

Receita operacional líquida	2021
Receita operacional bruta	22.656
ISSQN	(658)
PIS	(92)
COFINS	(425)
Receita Operacional Líquida	21.481

4.4. Investimentos

Investimentos (R\$ mil)	2021 Acumulado	
Investimentos	17.535	17.535

4.5. Custos Operacionais

Custos Operacionais (R\$ mil)	2021 Acumulado	
Custos operacionais	15.274	15.274

4.6. ISS Repassados

ISS repassados (R\$ mil)	2021 Acumulado	
ISS	658	658

4.7. Tarifas de Pedágio

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$)

Categoria	Categoria dos veículos												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9				
Eixos	2	2	3	3	4	4	5	6	1	7	8	9	10
Rodagem	Simplex	Dupla	Simplex	Dupla	Simplex	Dupla	Dupla	Dupla	Simplex	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla
Praça 2 - Venâncio Aires	3,70	7,40	5,60	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,90	25,90	29,60	33,30	37,00
Praça 3 - Candelária	3,70	7,40	5,60	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,90	25,90	29,60	33,30	37,00

4.8. Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais da Companhia são compostos por: gastos em conservação de rotina e na prestação de serviços aos usuários das rodovias, bem como pela amortização das obras executadas conforme previsão dos contratos de concessão e de sistemas, equipamentos e veículos necessários para a operação das rodovias. Compõem ainda estes custos a verba de fiscalização paga ao Poder Concedente, verba da polícia rodoviária, os seguros e as garantias contratualmente obrigatórios, custo com pessoal operacional, custo de construção e provisão de manutenção de acordo com o OCPC 05.

As despesas operacionais da Companhia são compostas por gastos com pessoal, despesas gerais administrativas e depreciação dos bens da concessão.

Os gastos incorridos em 2021, foram de R\$ 19.633, sendo R\$ 15.273, 77,79% do total de custos operacionais, no qual R\$ 8.503 de custo de construção, que representa 43,31% dos custos totais, os custos operacionais foram R\$ 4.360, 22,21% do total.

Custos e Despesas Operacionais	2021
Custos com conservação	1.183
Custos com operação	1.173
Custos com monitoração	405
Custos com projetos especiais	546
Depreciação/Amortização	220
Custo de construção	8.503
Custos com verbas e seguros contratuais	1.684
Custos com pessoal	1.559
Despesas com pessoal	2.419
Depreciação	217
Despesas gerais e administrativas	1.724
Despesas Operacionais Totais	19.633

4.9. Reconciliação do Ebitda Ajustado

O EBITDA ajustado que corresponde ao lucro antes de juros, impostos, depreciações, amortizações, no período de 2021, totalizou R\$ 2.284 mil e sua margem, em relação a receita operacional líquida, foi de 10,63%.

Reconciliação do Ebitda	2021
Lucro/Prejuízo Líquido	1.784
(+) IR e CS	891
(+) Resultado financeiro líquido	(828)
(+) Amortização	437
EBITDA Ajustado	2.284
Margem EBITDA	10,63%

4.10. Resultado Financeiro

No exercício de 2021 o resultado financeiro líquido ficou positivo em R\$ 828 mil, devido ao ganho de rendimento financeiro sobre a aplicação no qual a companhia detinha no período.

Resultado Financeiro	2021
Receitas Financeiras	959
Rendimento de aplicações financeiras	959
Despesas Financeiras	(131)
Outros	(131)
Resultado Financeiro	828

4.11. Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 1.784 mil no exercício de 2021.

4.12. Balanço Patrimonial

	<u>31/12/2021</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	29.312
Contas a receber de clientes	2.080
Partes relacionadas	30.000
Outros créditos	456
Despesas antecipadas	2.115
Total do ativo circulante	<u>63.963</u>
Não circulante	
Impostos diferidos	12
Direito de uso	417
Imobilizado	8.128
Intangível	4.194
Intangível em construção	4.915
Total do ativo não circulante	<u>17.666</u>
Total do Ativo	<u><u>81.629</u></u>
	<u>31/12/2021</u>
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	2.661
Obrigações contrato de concessão	563
Arrendamentos operacionais	237
Obrigações sociais	305
Obrigações tributárias	709
Dividendos a pagar	424
Partes relacionadas	138
Total do passivo circulante	<u>5.037</u>
Não circulante	
Arrendamentos operacionais	232
Total do passivo não circulante	<u>232</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	75.000
Reserva legal	89
Reserva de lucros	1.271
Total do patrimônio líquido	<u>76.360</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u><u>81.629</u></u>

31/12/2021

O ativo circulante R\$ 63.963 representa 78,36% do total do ativo R\$ 81.629, sendo 45,83%, R\$ 29.312, de disponibilidades e 50,82%, R\$ 32.507, de recebíveis, deste 46,90%, R\$ 30.000, de adiantamento contratual para obras de infraestruturas a realizar, a ativo não circulante basicamente está representado por aquisições de ativos imobilizados e intangíveis sendo 21,64%, R\$ 17.564.

O passivo circulante R\$ 5.037, representa apenas 6,17% do total do passivo R\$ 81.629, sendo composto basicamente por fornecedores e obrigações com a concessão, o passivo não circulante 0,28%, R\$ 232, do total do passivo.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021 totalizou saldo de R\$ 76.360, devido ao aporte de capital de R\$ 75.000 e reservas de lucro líquido de R\$ 1.360 no período.

4.13. Principais Investimentos

Investimentos em (R\$ milhões)	2021	Acumulado
Manutenção Infraestrutura operacional	4.714	4.714
Obras e melhoramentos	255	255
Outros	12.566	12.566
Total	17.535	17.535

A Concessionária foi constituída em 16 de abril de 2021, e teve seu início operacional em 31 de agosto de 2021, os investimentos estão em fase inicial, serão investidos mais de R\$ 2 bilhões em obras e infraestrutura, a concessão trabalha para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia por meio de prestados aos usuários.

4.14. Concessionária em Números

Tabela - Rodovias 2021											
Dados anuais em mil											
Quilômetros da rodovia	Km 204,51										
Número dos veículos que transitaram	Categoria	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
	Veículos	1.798.389	245.483	18.426	134.783	4.389	83.769	41.842	80.909	80.090	2.488.080
Número das praças de pedágio	São 2 praças de pedágio em operação, P-2 Venancio Aires, P-3 Candelaria										
Tarifa	Categoria 1 - veículos de passeio e motocicletas com eixo duplo (dianteiro ou traseiro): R\$3,70; Categoria 2 - veículos comerciais com 2 eixos duplos: R\$7,40; Categoria 3 - veículos de passeio com semi reboque: R\$5,60; Categoria 4 - veículos comerciais com 3 eixos duplos: R\$11,10; Categoria 5 - veículos de passeio com reboque duplo: R\$7,40; Categoria 6 - veículos comerciais com 4 eixos duplos: R\$14,80; Categoria 7 - veículos comerciais com 5 eixos duplos: R\$18,50; Categoria 8 - veículos comerciais com 6 eixos duplos: R\$22,20; Categoria 9 - motocicletas de eixo simples: R\$1,90; Categoria 8+1 - veículos comerciais com 7 eixos duplos: R\$25,90; Categoria 8+2 - veículos comerciais com 8 eixos duplos: R\$29,60; Categoria 8+3 - veículos comerciais com 9 eixos duplos: R\$33,30.										
Número de quilômetros mantidos	Km 204,51										
Trânsito Médio Diário Equivalente	31,86										
Trânsito Médio Anual Equivalente	955,75										
Equipes utilizadas pela concessionária	02 bases operacionais; Nenhuma balança; câmeras possuímos somente nas praças de pedágio para monitoramento interno; veículos utilizados na operação são 02 viaturas de inspeção, 01 guincho leve e 01 ambulância Tipo C										
Índice de qualidade da estrada	Não se aplica										
Receita de pedágio	14.153										
Custos associados a receita de pedágio	6.550										
Fator Trabalho											
	Manut/Conserv	Operação	Monitoração	Projetos	Administrativo						
Número de trabalhadores	30	85	2	0	27						
Despesas com pessoal	479	989	90	-	2.419						
Fator Capital											
Despesas com depreciação e amortização	437										
Ativo líquido	17.098										
Ativo bruto	17.535										
Série histórica de investimentos	Ano	2021									
		17.535									
Fatores Intermediários											
Despesas com manutenção e conservação	1.184										
Despesas com operação	2.858										
Despesas com monitoração	405										
Despesas com projetos	546										
Despesas com administração	1.723										
Seguridade											
	Acidentes por gravidade	Quant.									
Quantidade de acidentes	Acidentes com mortes	2									
	Acidentes com feridos	43									
	Acidentes sem feridos	77									
	Total	122									
Indicadores											
Receita por veículo	5,69										
Custo por veículo	2,63										

4.15. Balanço Social

Balanço Social			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em (R\$ mil)			
1- Base de cálculo		2021 - Valor	
Faturamento bruto			14.153
Receita líquida (RL)			12.978
Resultado operacional (RO)			6.207
Folha de pagamento bruta (FBP)			3.978
Folha de pagamento bruta - Total remunerações			2.194
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços			3.301
2 - Indicadores sociais internos		Valor	% sobre FPB
Alimentação		233	5,86%
Encargos sociais		1.229	30,89%
Saúde		219	5,51%
Segurança e saúde no trabalho		18	0,45%
Educação		-	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		55	1,38%
Participação nos lucros e resultados		-	0,00%
Outros		21	0,53%
Total - indicadores sociais internos		1.775	44,62%
3 - Indicadores sociais externos		Valor	% sobre FPB
Cultura		-	0%
Outros brindes		-	0%
Educação		-	0%
Total de contribuições a sociedade		-	-
Tributos (exceto encargos sociais)		1.221	30,69%
Total - indicadores sociais externos		1.221	30,69%
4 - Indicadores ambientais		Valor	% sobre FPB
Investimentos relacionados com a produção/operação da concessionária:		403	10,13%
Investimentos em programas ou projetos externos:		-	-
Total de investimentos em meio ambiente		403	10,13%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a concessionária:

() Não possui metas
 () Cumpre de 0 a 50%
 () Cumpre de 50 a 75%
 (x) Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores de corpo funcional		2021
Nº de colaboradores no final do período		144
Tempo de serviço		100 % até seis meses 0 % de seis meses a um ano 0 % entre um e dois anos 0 % entre dois e cinco anos 0 % mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período		168
Nº de demissões durante o período		24
Nº de estagiários (as)		1
Nº de colaboradores terceirizados		0
Nº de colaboradores com até 18 anos		5
Nº de colaboradores entre 18 a 25 anos		32
Nº de colaboradores entre 25 a 45 anos		89
Nº de colaboradores acima de 45 anos		18
Nº de mulheres que trabalham na concessionária		74
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres		4
Remuneração paga as mulheres no período		145
Nº de negros que trabalham na concessionária		9
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais		2
Total de horas extras trabalhadas		-
Total de horas extras pagas		-
Total de INSS pagos		681
Total de FGTS pagos		158
Total de contribuição sindical pagos		-
Total dos demais encargos sociais pagos		-
Total de ICMS recolhido no período		-
Total de IR recolhido no período		659
Total de CSLL recolhido no período		243
Total de PIS recolhido no período		98
Total de COFINS recolhido no período		464
Total de outros tributos recolhidos no período (ISSQN)		658

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho da Companhia - 2021

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021
Relação entre a maior e a menor remuneração na concessionária	54
Número total de acidentes de trabalho	-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a concessionária:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
A previdência privada contempla: Não há	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla: Não há	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a concessionária:	<input checked="" type="checkbox"/> apoia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	100 % na concessionária 0,00 % no Procon 0,00 % na justiça

7 - Valor adicionado total a distribuir	8.083
Distribuição do Valor Adicionado	26,12 % governo 0,00 % acionistas 49,21 % colaboradores 2,59 % terceiros 22,08 % retido

5. Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores independentes

Em observância às disposições constantes no artigo CVM 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Rota de Santa Maria, declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente EY Auditores Independentes SS e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Luis Manuel da Conceição Carregosa
 Aquilino Espejo Martinez
 Ricardo Cassanha

Diretor Presidente
 Diretor Executivo
 Diretor Executivo

6. Agradecimentos

A diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores e demais instituições governamentais, e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A Administração

Informações corporativas

Empresas Acionistas:

Sacyr Concessões e Participações do Brasil Ltda (99%)

Sacyr Concesiones, S.L. (1%)

Conselho de Administração:

Jesus David Viadero Canales

Presidente

Carlos Alberto Borda D Agua Sequeira

Conselheiro

Nuno Miguel Mano Jorge

Conselheiro

Diretoria Executiva:

Luis Manuel da Conceição Carregosa

Diretor Presidente

Aquilino Espejo Martinez

Diretor Executivo

Ricardo Cassanha

Diretor Executivo

Diretoria Operacional:

Renato Ribeiro Bortoletti

Diretor Geral

Gerente Financeiro/Contábil

Gerson Batista Martiusi

CRC-PR 055938/O-3

Contabilista:

Diogo Trarbach

CRC-RS 068580/O-6